



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO  
Rua Jose Luiz Calazans nº 168, Qd. 42, - Bairro Jatiúca, Maceió/AL, CEP 57035-850  
Telefone:  
www.anm.gov.br

## DESPACHO SEI Nº166/NPFAM-AL/2020

**Processo: 27225.006648/1965-86**

**Interessado(s):** Braskem S.a

**Destinatário(s):** Gerência Regional da ANM no Estado de Alagoas

Senhor Gerente Regional,

Tendo em vista a defesa apresentada pela Braskem S.A. (**1439379**), em 17/06/2020, no processo em referência, em face da lavratura dos Autos de Infração de nºs 3742/2020, 3743/2020, 3744/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020, 3785/2020, 3786/2020 e 3787/2020, publicados no D.O.U. de 30/04/2020 (**1279781**), aplicados contra a concessionária em virtude do não atendimento satisfatório de exigências regularmente formuladas pelo ente regulador, temos a relatar o que segue:

- I. Em virtude do não cumprimento de exigências regularmente formuladas, por meio do **Ofício nº 258/2015-DNPM/AL** (fls. 1855 a 1856 – Vol. 6), publicada no D.O.U. de 22/07/2015, com base no **Parecer nº 008/2918-DNPM/AL/FJCB** (fl. 1939 – Vol. 6), onde ficou evidenciado o descumprimento de exigência relativa ao item 6 do referido Ofício (*Apresentar laudo das estruturas de superfície, de forma a possibilitar a verificação da qualidade das mesmas e a probabilidade de dano para a correspondente previsão de subsidência máxima*), foi lavrado o Auto de Infração nº 22/2018 (fl. 1940 – Vol. 6), publicado no D.O.U. de 09/04/2018; e
- II. Em face da análise do cumprimento das demais exigências constantes do **Ofício nº 258/2015-DNPM/AL e do Ofício nº 175/2017-DNPM/AL** (fl.1911 – Vol. 6 II) publicado no D.O.U. de 09/08/2017, consignada no DESPACHO Nº 015/2019 – ANM/AL/FJCB (fls. 4461 a 4463), foram lavrados os Autos de Infração de nºs 8 a 16/2019, publicados no D.O.U. de 05/07/2019, os quais foram tornados sem efeito em face de erro material e lavrados novamente sob os nºs 3742/2020, 3743/2020, 3744/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020, 3785/2020, 3786/2020 e 3787/2020, os quais foram publicados no D.O.U. de 30/04/2020.

A seguir passamos a apreciar a fundamentação da defesa, cuja argumentação merecedora de registro passamos a elencar:

- I. A autuada alega que a lavratura dos autos de nºs 3742/2020, 3743/2020, 3744/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020, 3785/2020, 3786/2020 e 3787/2020, afronta o princípio do “*non bis in idem*”;
- II. Argumenta a concessionária que cumpriu as obrigações materiais objeto dos autos de infração antes de sua lavratura;

- III. Sustenta a Braskem que não foi observada a gradação das sanções; e
- IV. Por fim, alega a ausência de reincidência.

Da análise criteriosa da defesa apresentada, contata-se de início que a defesa interposta para o Auto de Infração nº 22/2018 não atende o pré-requisito da tempestividade, e, em objeção aos demais argumentos apresentados, temos a considerar o que segue:

- I. Por uma questão de cautela, os Autos de Infração de nºs 8 a 16/2019 foram tornados sem efeito e aplicados novamente sob os números 3742 a 3745/2020, 3779/2020, 3784 a 3787/2020, publicados no D.O.U de 30/04/2020, corrigindo o erro material apontado na defesa pela autuada. Portanto, a aplicação dos novos autos de infração para a mesma conduta não é ofensiva ao princípio do *non bis in idem*, uma vez que **não remanesce sobreposição da autuação** pelo ente regulador;
- II. No que tange a alegação de que cumpriu as obrigações materiais objeto dos autos de infração antes de sua lavratura, verifica-se que em atendimento a exigência para apresentação de programam visando a realização de monitoramento sistemático de subsidência (**item 3 do Ofício nº 258/2015-DNPM/AL**), a empresa apresentou os documentos de fls. 1885 e 1889 e, posteriormente, os resultados dos estudos topográficos visando aferir o nível de subsidência no terreno, cujos resultados apresentados para os anos de 2017 e 2018 mostram um nível de subsidência desprezível. Porém, foi constatado que **essas informações são inverídicas**, conforme resultados da interferometria realizados pela CPRM e pela Braskem, o que foi comprovado em auditoria sobre esses trabalhos realizados pela própria Braskem. Portanto, fica evidenciado o não cumprimento satisfatório da exigência;
- III. Ainda sobre o monitoramento de subsidência, a própria defesa ressalta que a empresa STOP (contratada pela Braskem para realização desses trabalhos), emitiu documento em 26/03/2013, onde informa que “*não foi encontrada alteração de recalque relevante por um período de 10 anos (fl. 1888)*”, ou seja, entre os anos de 2003 e 2013, cujo resultado não corresponde à realidade dos fatos, conforme estudos mais recentes apresentados pela concessionária (interferometria);
- IV. Quanto a exigência de programa visando o monitoramento do dano interior das cavernas (**item 4 do Ofício nº 258/2019-DNPM/AL**), a empresa apresentou a documentação acostada às fls. 1886 a 1888. Todavia, decorridos 4 anos da apresentação do programa de monitoramento pela empresa, tendo como referência a data de protocolo da manifestação da empresa (**28/08/2015**), só foram realizados 2 sonares no ano de 2015 para os poços ativos 30 e 34, como também, só foram realizados 2 sonares no ano de 2017 para os poços 31 e 32. Nenhum sonar foi realizado nos poços inativos, ficando evidenciada a inadimplência da empresa;
- V. Com o objetivo de atender o **item 5** da exigência em questão, após três pedidos de prorrogação de prazo, a empresa apresentou a documentação juntada às fls. 1896 e 1897, desacompanhada de ART, para apenas 10 minas, quando na verdade a exigência foi para a área de concessão envolvendo todas as minas, o que evidencia violação ao inciso XIII do art. 47 do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967);
- VI. Em decorrência de ação fiscalizatória realizada pelo ente regulador, foram formalizadas novas exigências a concessionária por meio do **Ofício nº 175/2017-DNPM/AL** (fl.1911), cujo extrato foi publicado no D.O.U. de 09/08/2017. Dentre as exigências foi solicitada a inclusão dos poços de nºs 16, 17 e 28 no cronograma de arrasamento dos poços desativados, a qual foi cumprida de forma intempestiva (23/03/2018 - fls. 1927 a 1935), configurando infração ao inciso XIII do art. 47 do Decreto-Lei nº 227/1967;
- VII. Conforme detalhado nos itens anteriores (itens II a VI), resta evidenciado que não procede a argumentação da empresa de que cumpriu a tempo e modo as exigências que motivaram os autos de infração, uma vez que as autuações foram motivadas pelo fato da empresa **não ter atendido as exigências mencionadas de forma satisfatória no prazo próprio**, infringindo o disposto no inciso XIII do art. 47 do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967).
- VIII. Quanto a argumentação da autuada de que não foi observada a gradação das sanções, constata-se que, ao contrário do alegado, o Código de Mineração e seu Regulamento não

condicionam a lavratura de auto de infração à prévia aplicação da penalidade de advertência. A ordem adotada no Código de Mineração e no Regulamento apenas elenca as sanções segundo a sua gravidade, ou seja, da menos gravosa para a de maior gravidade;

- IX. O art. 63 do Código de Mineração estabelece que o não cumprimento das obrigações decorrentes dos títulos de direitos minerários, implica, **dependendo da infração**, em advertência, multa e caducidade. Portanto, o legislador estabeleceu que a dosagem da penalidade é diretamente proporcional a gravidade do ato infracional;
- X. No caso em questão, a violação pelo detentor de concessão de lavra ao disposto no inciso XIII do art. 47 do Código de Mineração / inciso XIII do art. 34 do Regulamento do Código de Mineração **implica na penalidade de multa**, conforme expressamente previsto no art. 70 deste último Diploma Legal.
- XI. No que se refere a argumentação de ausência de reincidência das infrações, cabe esclarecer que, em termos comuns, a reincidência significa repetir a conduta infracional. E, no caso em questão, a autuada deixou de atender satisfatoriamente a exigência de monitoramento anual de subsidência no ano de 2017 (A.I. nº 3742/2020) e **repetiu a infração em 2018** (A.I. nº 3742/2020), uma vez que as informações prestadas não correspondem à realidade dos fatos.
- XII. Da mesma forma, a exigência de monitoramento das cavidades dos poços deixou de ser atendida, conforme demonstrado a seguir: para os poços mais recentes em 2016 (A.I. nº 3744/2020) e **essa infração foi repetida para os anos de 2017 (A.I. nº 3745/2020) e 2018 (A.I. nº 3770/2020)**; e para os poços mais antigos **se repetiu a infração nos anos de 2016 (A.I. nº 3784/2020) e 2018 (A.I. nº 3785/2020)**;
- XIII. Cabe destacar que o instituto da reincidência foi adotado com observância ao disposto no § 2º do art. 53 do Regulamento do Código de Mineração (Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018).
- XIV. Por fim, cumpre observar que após reiteradas exigências e sucessivos pedidos de prorrogação de prazo as exigências foram cumpridas, à exceção da realização dos sonares, uma vez que até o presente só foi possível a realização de sonares em 30 cavidades de um total de 35 minas;

Isto posto, com fulcro nas razões acima enumeradas, sugiro que seja julgada improcedente a defesa apresentada e que seja dado seguimento ao trâmite processual visando a imposição das respectivas multas, com base no inciso XIII do art. 47 do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967).

Após a imposição das multas, recomendo o encaminhamento dos autos à procuradoria federal em exercício na ANM para avaliar se a empresa incorre nas disposições do art. 73 do Regulamento do Código de Mineração (Decreto nº 9.406/2018), em virtude de ter apresentado informações inverídicas no que tange aos resultados do monitoramento de subsidência apresentados para os anos de 2017 e 2018.



Documento assinado eletronicamente por **José Antonio Alves dos Santos, Plano Especial de Cargos (art. 3º da Lei 11.046/2004)**, em 06/07/2020, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade](http://www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade), informando o código verificador **1496667** e o código CRC **22F3AFC4**.



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO  
Rua Jose Luiz Calazans nº 168, Qd. 42, - Bairro Bairro Jatiúca, Maceió/AL, CEP 57035-850  
Telefone: (82) 3326-6180  
[www.anm.gov.br](http://www.anm.gov.br)

## DESPACHO SEI Nº174/GER-AL/2020

**Processo: 27225.006648/1965-86**

**Interessado(s):** Braskem S.a

**Destinatário(s):** Braskem S.a

Tendo em vista o despacho 166 (1496667) elaborado por técnico desta gerência e usando da competência delegada no inciso XII, do art. 1º da Portaria do Superintendente de Produção Mineral N° 367, de 19 de junho de 2020, publicado no DOU de 22/06/2020, **NÃO ACATO** a defesa apresentada.

**PUBLIQUE-SE.**



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Jose da Costa Bispo, Gerente Regional da Agência Nacional de Mineração**, em 07/07/2020, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade](http://www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade), informando o código verificador **1503084** e o código CRC **52E68D4C**.